

Negociação conjunta dos juros externos

Dinísio Ockelno

CAMPINAS
AGÊNCIA ESTADO

"A possibilidade de negociação conjunta da dívida externa da América Latina está diretamente ligada à oscilação da taxa de juros, o único elemento em comum entre os países devedores: se elas sobem, os devedores passam a pagar mais, o que estimula a ação conjunta, como ocorreu com a criação do Grupo de Cartagena." O comentário foi feito ontem, em Campinas, pelo diretor do Cisea

ESTADO DE SÃO PAULO

(Centro de Investigações Sociais sobre o Estado e a Administração), da Argentina, Jorge Schvarzer. O economista, que está participando do Seminário Internacional sobre Endividamento Externo, Estratégias de Negociação e Políticas Econômicas na América Latina, promovido pela Unicamp, lembrou que a taxa de juros é o termômetro da ação conjunta, "mas como atualmente as taxas estão baixas, é muito difícil prever um novo impulso neste sentido, o que ocorrerá caso seja registrada uma nova tendência de alta".

Schvarzer, que ontem fez uma conferência sobre "A dívida externa da Argentina", afirmou que, seu país "esperava que um governo democrático poderia ter benefícios nas negociações com o FMI, mas descobriu que as normas e as exigências eram as mesmas". De acordo com o economista, o programa do Fundo para a Argentina, aplicado no início deste ano, com forte recessão e sem atender às necessidades de combate à inflação, "levou o governo a implantar o plano Austral, que teve efeitos

positivos economicamente, baixando a inflação de 30% ao mês para 2% e também politicamente: foi o primeiro plano econômico não proposto pelo Fundo mas aceito por ele, e que levou a Argentina a mostrar para o FMI que sabe manejar sua economia".

Hoje pela manhã, Luiz Gonzaga Belluzzo fará exposição sobre o caso do Brasil, e à tarde Arturo O'Connell e French Davis falam sobre o endividamento externo e as estratégias de negociação na América Latina.

- 8 DEZ 1985